

Silvéria da Aparecida Ferreira • Nikolas Corrent
(Organizadores)

CIÊNCIAS HUMANAS & SOCIAIS APLICADAS:

Competencias para o desenvolvimento humano



Silvéria da Aparecida Ferreira • Nikolas Corrent
(Organizadores)

CIÊNCIAS HUMANAS & SOCIAIS APLICADAS:

Competencias para o desenvolvimento humano



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kápio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências humanas e sociais aplicadas: competências para o desenvolvimento humano

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Soellen de Britto
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Silvéria A. Ferreira
 Nikolas Corrent

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
C569	<p>Ciências humanas e sociais aplicadas: competências para o desenvolvimento humano / Organizadores Silvéria A. Ferreira, Nikolas Corrent. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0864-2 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.642220612</p> <p>1. Ciências humanas. 2. Ciências sociais. I. Ferreira, Silvéria A. (Organizadora). II. Corrent, Nikolas (Organizador). III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 101</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

O livro “Ciências humanas e sociais aplicadas: Competências para o desenvolvimento humano” apresenta uma coletânea de pesquisas acadêmicas transformadas em artigos científicos. Esta obra tem o objetivo de divulgar investigações que problematizam temas relevantes e sensíveis das humanidades e das sociais aplicadas, na busca pela compreensão das estruturas de poder, dos conflitos e das resistências presentes na sociedade.

Desta maneira, os textos que seguem apresentam questões relevantes na atualidade, permeadas pela preocupação comum com recortes e sujeitos historicamente excluídos e marginalizados. Entre os operários, indígenas, afrodescendentes, aparece também a inquietação sobre o ensino universitário e o espaço rural.

Buscamos relacionar os capítulos por eixo temático norteador, promovendo um elo entre as pesquisas dos(as) autores(as). Desta forma, não ficamos restritos a esquemas rígidos temporais e espaciais na organização da obra.

Nos primeiros capítulos os(as) leitores(as) terão a oportunidade de pensar sobre as relações de trabalho, as massas operárias, os sindicatos e os partidos políticos. Na sequência, entram em problematização o ensino universitário e o modo dos discentes aprendem.

A obra segue com o estudo do território e da língua indígena dentro da escola indígena Ixubã Rabui Puyanawa no Acre (BR) e das questões étnicorraciais dentro do Serviço Social. Por fim, contemplamos três textos que possuem na crítica social, econômica e política seus principais pontos comuns. Assim, tratam da profunda desigualdade social dentro do sistema capitalista vigente, seja na má distribuição de renda e da tecnologia, na marginalização do espaço rural dentro de políticas públicas e documentos oficiais ou na questão climática.

Temáticas e pesquisas urgentes com problemas cotidianos racionalmente compreendidos. Consideramos essa obra propositiva no incentivo a novas formas de condução do conhecimento, na transformação da realidade e na compreensão crítica dos problemas sociais. Convidamos a leitura crítica e atenta.

Boa leitura!

Silvéria A. Ferreira
Nikolas Corrent

CAPÍTULO 1	1
A RELAÇÃO ENTRE A GREVE E A SINDICALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PERCEÇÃO DOS PORTUGUESES	
Carla Magalhães	
Célia Taborda	
Hugo Alonso	
Ana Almas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6422206121	
CAPÍTULO 2	22
GREVE DE MASSAS, PARTIDO POLÍTICO E SINDICATOS: APONTAMENTOS	
Darlan Faccin Weide	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6422206122	
CAPÍTULO 3	36
INVESTIGAR LAS HUELLAS DE ACTIVIDADES EN LÍNEA PARA COMPRENDER EL APRENDIZAJE DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS	
Silvia Verónica Valdivia Yábar	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6422206123	
CAPÍTULO 4	49
A LÍNGUA INDÍGENA E SEU O TERRITÓRIO: UM ESTUDO DA ESCOLA INDÍGENA IXUBÃY RABUI PUYANAWA, ACRE – BRAZIL	
Kely Costa de Lima	
Vildna Dias da Costa	
Adriano Toledo Paiva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6422206124	
CAPÍTULO 5	62
SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL UMA DISCUSSÃO IMPRESCINDÍVEL	
Karima Omar Hamdan	
Andréa Pires Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6422206125	
CAPÍTULO 6	76
O MUNDO NÃO ACESSÍVEL DOS JOGOS DIGITAIS: É NECESSÁRIO FALAR SOBRE ISSO!	
Luiz Cláudio Machado dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6422206126	
CAPÍTULO 7	89
O RURAL NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA- PIAUÍ	
Lísian Priscilla Oliveira Sousa Nascimento	
Masilene Rocha Viana	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6422206127>

CAPÍTULO 8 100

CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS DOS PERÍODOS DE ESTIAGEM QUE
PROVOCARAM DESASTRES NA REGIÃO OESTE CATARINENSE

Kátia Spinelli

Rosemy da Silva Nascimento

Márcia Fuentes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6422206128>

SOBRE OS ORGANIZADORES 110

ÍNDICE REMISSIVO 111

O RURAL NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO DE TERESINA- PIAUÍ

Data de submissão: 17/10/2022

Data de aceite: 01/12/2022

**Lísian Priscilla Oliveira Sousa
Nascimento**

Universidade Federal do Piauí, Brasil
Teresina – Piauí
<https://orcid.org/0000-0002-7867-2195>

Masilene Rocha Viana

Universidade Federal do Piauí, Brasil
Teresina – Piauí
<https://orcid.org/0000-0001-5357-2780>

RESUMO: Nascido de pesquisas quanto ao tratamento conferido ao território rural nas normativas municipais de Teresina-Piauí, o presente artigo, dirige sua atenção, em específico, para o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), de 1969, o primeiro plano diretor da capital do Estado do Piauí, entendendo-o como um registro importante no sentido de planejar o desenvolvimento local. O plano foi construído nos marcos da modernização conservadora e de um processo ditatorial militar no Brasil, seguindo um modelo de integrar a economia urbano industrial com o setor externo, época em que Teresina experimentava um impulso expressivo no processo migratório no sentido rural-urbano. A pesquisa foi conduzida a partir

de metodologia qualitativa tomando como fontes de dados, a produção bibliográfica sobre a temática e a análise documental com ênfase no aludido plano de forma a identificar especialmente como o rural é nele concebido. Como resultados identificamos que: a) o enfoque “local integrado” do PDLI indica as orientações mais gerais do contexto ditatorial do Brasil no final dos anos 1960, marcado pela ideia de integração social; b) o plano constitui-se na condensação de estudos e planejamento de caráter tecnocrático envolvendo empresa privada e instituições públicas e sem participação efetiva da população; c) sobressai-se o fato de que pouco tenha saído das intenções normativas, embora tenha gerado informações técnicas substantivas sobre o município em seus aspectos sociais, demográficos, econômicos e urbanísticos; d) não há no plano uma preocupação em definir o Rural, que nele aparece somente a partir de descrições e características dessas áreas, de forma que sinaliza um tratamento do território rural como não desenvolvido, ligado à atividades primárias, afinal, o foco no PDLI fora dirigido para os territórios urbanos em seus novos desafios de modernização e desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Planos Diretores;

THE RURAL IN INTEGRATED LOCAL DEVELOPMENT PLAN OF TERESINA – PIAUÍ

ABSTRACT: Born from research on the treatment given to the rural territory in the municipal regulations of Teresina- Piauí, this article directs its attention, specially, to the Integrated Local Development Plan (PDLI), of 1969, this first master plan of the capital of the State of Piauí, understanding it as an important record in the sense of planning local development. The plan was built within the framework of conservative modernization and a military dictatorial process in Brazil, following a model of integrating the industrial urban economy with the external sector, a time when was experiencing a significant boost in the rural-urban migratory process. The research was conducted using a qualitative methodology taking as sources of data, the bibliographic productions on the subject and the documents analysis with emphasis on the aforementioned plan in order to identify especially how the rural is conceived in it. As a result, we identified that: a) the “integrated local” approach of the PDLI indicates the more general orientations of the dictatorial context in Brazil in the late 1960s, marked by ideas of social integration; b) the plan consists of the condensation of studies and planning of a technocratic nature involving private companies and public institutions, and without the effective participation of the population; c) what stands out is the fact that little has come out of the normative intentions although it has generated substantive technical information about the municipality in its social, demographic, economic and urban aspects; d) there is no concern in the plan to define the rural, which appears in it only from descriptions and characteristics of these areas, in a way that signals a treatment of the rural territory as undeveloped, linked to primary activities, after all, the focus on PDLI it was directed towards urban territories in their new challenges of modernization and development.

KEYWORDS: Master Plans; Integrated Local Development; Teresina.

1 | INTRODUÇÃO

O exercício de planejar o desenvolvimento urbano e rural tem no Brasil, uma trajetória de distintas orientações nos seus últimos sessenta anos que vão da ênfase em políticas mais centralizadas e em contextos autoritários, focadas no desenvolvimento local integrado às abordagens mais recentes, sobretudo as produzidas a partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade de 2001, que incorporaram princípios participativos e sofreram influências das agências multilaterais absorvendo perspectivas que acolhem conceitos como o desenvolvimento e resiliência territorial.

O presente artigo, é produto de uma pesquisa mais ampla dirigida a estudar o tratamento conferido ao rural nos planos diretores de Teresina, capital do Estado do Piauí entendendo a relevância dos planos diretores como ferramentas que condensam planejamentos e espelham o contexto político, social e econômico de um município, mas constituem-se também em ferramentas que ultrapassam os enfoques locais, visto que

associado às diretrizes mais gerais da política nacional¹. Todavia, o presente texto dirige sua atenção, em específico, para o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), de 1969, o primeiro plano diretor de Teresina, entendendo-o como um registro importante no sentido de planejar o desenvolvimento local.

Assim, toma como objetivos analisar o estatuto do rural no PDLI - como é concebido e quais políticas foram a esse território dirigido – como também situar o plano no contexto de sua emergência, entendendo-o como resultado de um processo de planejamento situado e expressão de processos políticos, sociais e econômicos de escala local, mas também nacional, afinal, aquele era o tempo da ditadura militar e de silenciamento da fala, de políticas voltadas para amortecer os conflitos e sufocar impulsos participativos nos processos decisórios. No plano local, a realidade de Teresina era de crescimento demográfico, de êxodo, de progressivo aumento do déficit habitacional, de políticas urbanas com corte segregatório e promovedor de especulação imobiliária e de ambiente e habitantes rurais sob o signo da pobreza e da subalternidade.

Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa que deu substância ao presente artigo foi conduzida a partir de abordagem qualitativa, de base interpretativa, utilizando fontes bibliográficas e a documental; as primeiras no intuito de resgatar os esforços analíticos no sentido de precisar o caráter do plano e situar suas principais características (conceitos que mobiliza, instituição responsável por sua elaboração técnica etc.) e a segunda, por tomar o PDLI como documento que, por excelência, expressa os esforços para oferecer à Teresina uma política de desenvolvimento local. Contudo, em razão dos limites do presente artigo, limitar-nos-emos a apresentar alguns conceitos e notas acerca do rural no aludido plano.

Convém assinalar os marcadores teóricos nos quais ancoramos a reflexão que segue, dirigidos à crítica às políticas públicas construídas a partir de orientações exógenas, alheias às especificidades e à realidade local, muitas vezes eivadas de conceitos e matrizes teórico-metodológicas de bases europeias (catalães, portuguesas, francesas etc.), longe de envolver a população que habita os territórios alvo dos planejamentos, quase sempre realizados por consultores alheios aos processos políticos locais.

Assim, situamos a pesquisa no horizonte da crítica à modernidade-colonialidade e assimilamos como de grande valia constructos do pós-desenvolvimentismo para desnudar os equívocos e efeitos perversos de políticas de desenvolvimento, que em suas mais distintas adjetivações, não raras vezes, mascaram o apagamento de povos, o racismo ambiental e promovem uma leitura de rural como espaço residual, como lugar do atraso, que afeito às atividades econômicas primárias, ainda não alcançou um padrão de acesso aos serviços modernos, localizados nas áreas urbanas; estas sim, alvo das políticas de

¹ O aqui exposto constitui somente parte dos achados da pesquisa que analisou um conjunto ampliado de códigos, agendas municipais e planos diretores de Teresina, anteriores e posteriores ao Estatuto da cidade, além de relatórios de agências multilaterais.

desenvolvimento e do interesse do capital que se expande, buscando novos territórios (NASCIMENTO, VIANA, 2022).

Teresina detém na atualidade, o maior percentual de espaço geográfico rural dentre as capitais brasileiras e é um município a demandar atenção especial a quem ocupa-se com as temáticas do mundo rural e urbano em suas interrelações (NASCIMENTO, VIANA, 2022). Conforme dados mais recentes, Teresina possui uma área total de 1.391,046 km², sendo 228,32 km² de área urbana (19% da área total) e 1.580 km² de área rural (81% da área total), na qual se situam 87 localidades rurais e habita uma população de 48.735 pessoas, cerca de 5,7% da população total de Teresina (TERESINA, 2019). No entanto, o quadro em 1969, época do PDLI era bem diferente, como veremos adiante.

Assim, nas páginas que seguem essa introdução, discorreremos sobre a gênese de Teresina pelo caráter particular de sua fundação a partir do traçado de seu perímetro urbano na forma de tabuleiro de damas, ainda nos tempos do império e, na sequência, analisamos o plano diretor produzido sob os auspícios dos enfoques e condutas de planejamentos tecnocráticos, precisando os contornos do Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina (PDLI), com atenção em especial ao que diz (ou omite) quanto aos territórios rurais e seus habitantes, finalizando com as considerações conclusivas do presente texto.

2 I TERESINA: UMA CIDADE INVENTADA, MAS COM UM PLANEJAMENTO TARDIO

Do alto de seus 170 anos, Teresina figura como uma das cidades idealizadas ainda nos tempos imperiais, quando o presidente da Província do Piauí, o Conselho Antônio Saraiva, decidiu transferir a sede da província de Oeiras, para a área conhecida àquela época como Chapada do Corisco.

A novidade dessa invenção da cidade era seu traçado geométrico no formato de tabuleiro de damas. Conforme Gutemberg (2004), o Plano de Saraiva para a nascente Teresina, revelou-se pioneiro no urbanismo planejado no Brasil, pondo em questão o tão propalado desleixo colonizador português para com o planejamento urbano.

Assim nascia em 16 de agosto de 1852, a primeira capital do Brasil construída em traçado geométrico tornando a inventividade de Saraiva uma marca indelével da colonização portuguesa do planejamento das cidades (VIANA, 2009, p. 303), como aponta a figura a seguir.

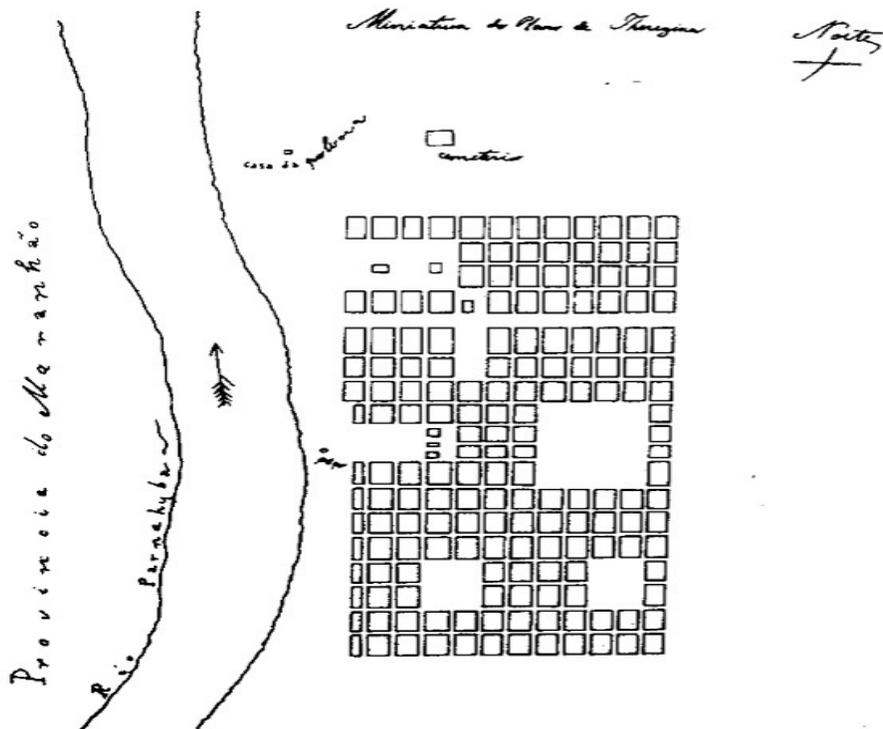


Figura 1 – Traçado inicial de Teresina: Plano Saraiva

Fonte: MEDEIROS; MATOS; LOPES (2018).

Para Veríssimo, Bittar e Alvarez (2001, p.21-22), o modelo provincial da cidade romana “construído segundo um traçado regular e simultaneamente flexível, dava suporte a esquemas ágeis de circulação de público e mercadorias.

O desenho regular descendia de uma dupla filiação: o tabuleiro etrusco, fortemente associado a aspectos religiosos, portanto uma interpretação cósmica do mundo, e o tabuleiro romano, o Castrum, uma bem sucedida estratégia de simbolização, com a cidade dividida originalmente em quatro seções através da imposição de dois eixos viários monumentais dispostos em ângulo reto, *Cardo* e *Decumanos* (VERÍSSIMO, BITTAR; ALVAREZ, 2001, p.22).

O terreno, onde veio a ser instalada a nova capital, correspondia a uma parte da sesmaria denominada “covas”, e compreendia de Norte a Sul um quarto de légua para cada lado, tendo a Igreja de Nossa Senhora do Amparo por centro, e de Leste a Oeste o espaço entre os rios Parnaíba e Poti (CHAVES, 1952, p.23). No entanto, toda a área original constitutiva do que viria a ser o município de Teresina, compreendendo a área urbana e rural, correspondia a um mosaico formado por 22 sesmarias.

Todavia, tendo sua gênese a partir desse plano inicial, não se pode dizer que Teresina em seus primeiros anos tenha recebido um planejamento mais sistemático, afinal, embora

seu espaço fundiário tenha sido “originalmente planejado, definindo-se localizações para logradouros e repartições públicas, estabelecendo-se a quantidade e a localização dos imóveis” (CHAVES, 1952, p.42), é somente em 1867 que foram estabelecidas as primeiras posturas municipais que, entre outras coisas, tratavam da concessão de terrenos por aforamento e das obrigações de edificações. E essas posturas continham artigos taxativos como o que preceitua: “não se permite edificação ou reedificação de casas de palha dentro dos limites da décima urbana” (CHAVES, 1952, p.42), uma determinação, seguramente de difícil obediência face às condições de vida da grande maioria de seus habitantes naqueles tempos. Ou seja, desde seus primórdios Teresina abrigava habitantes desprovidos de condições de habitabilidade que não eram bem-vindos como nos espaços mais centrais.

Entretanto, a nova capital do Estado do Piauí só terá um plano sistemático que apresente suas principais características e aponte políticas para seu desenvolvimento no final dos anos 1960, época em que Villaça (1999) afirma ser de mudanças significativas no planejamento urbano no Brasil e caracterizada como a fase dos Planos de Desenvolvimento Integrado, de 1965 a 1971, portanto, em contexto de ditadura militar.

Assim, embora expandindo-se demograficamente e espraiando sua mancha urbana a partir sobretudo dos anos 1950 e tendo, ao longo dos século XX incorporado inovações modernas que alteraram os modos de vida (o rádio, o cinema, o veículo automotor, o bonde, os ônibus, o telefone, a televisão etc.), é somente depois de mais de cem anos de sua fundação que Teresina terá seu primeiro plano diretor, analisado a seguir.

3 | UM PLANO DIRETOR EM TEMPOS DITATORIAIS: DESENVOLVER O LOCAL DE FORMA INTEGRADA

Segundo o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina, Teresina foi a primeira capital brasileira a dispor de um instrumento de trabalho no qual compatibilizasse aspectos físicos-territoriais, econômicos, sociais e institucionais para adequação de objetivos locais ao planejamento estadual, regional e nacional. O aludido Plano, datado de 1969 foi coordenado por uma empresa baiana, a COPLAN S.A Construções e Planejamento, tendo como interveniente do Ministério do Interior, através do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, (Serfhau)², a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)³, e da parte do Estado do Piauí, a Coordenação de Desenvolvimento do Estado (Codese)⁴ e a Prefeitura Municipal de Teresina (TERESINA, 1969).

À época, Teresina já praticava um processo de urbanização a partir do espraiamento

2 O Serfhau foi criado pela Lei 4.380 de 21 de agosto de 1964, que criou também o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). O Serfhau foi uma autarquia federal que havia incorporado a então extinta Fundação da Casa Popular - órgão federal de habitação criado na década de 1940.

3 A Sudene foi criada no intuito de estudar e desenvolver diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste, supervisionar e coordenar a elaboração de projetos que se relacionassem com o desenvolvimento da região, coordenar programas que visassem contribuir com assistência técnica, e executar sob convênio ou diretamente, acordos e contratos para o desenvolvimento nordestino (CAVALCANTE; FEITOSA, 2019).

4 A Codese foi criada pelo Governo do Estado do Piauí em 1959, com a função de reorganizar o Sistema de Planejamento. Na atualidade, essa atribuição é da Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan).

da malha urbana para áreas periféricas. Essa urbanização, entre os anos de 1966 e 1969, produziu a construção de cinco conjuntos habitacionais, com destaque para o empreendimento na zona sul, o Parque Piauí, com um total de 2.294 unidades, e o conjunto Primavera I, localizado na zona norte. O PDLI apontou para variados processos que se combinavam: o crescimento da migração na década de 1960, a ineficiência do poder público no trato com a questão urbanística, a visível escassez de moradias e os sinais evidentes do processo de segregação.

Os anos sessenta marcaram a ocupação [de Teresina] além do rio Poti [...]. A construção e pavimentação da BR 343, aliada à necessidade natural de expansão urbana, contribuiu para uma intensificação de loteamentos, resultando em *um parcelamento desordenado, o que gerou uma malha confusa e complexa sem maior hierarquização das vias existentes. É agravante o fato de que a maioria destes loteamentos vendidos* (aprovados pela Prefeitura, sem obedecerem aos mínimos requisitos de lei federal de loteamentos), *permaneçam desocupados numa espera evidente de valorização da área* (TERESINA, 1969, p.13, grifo nosso).

Essa expansão impulsionadora das práticas especulativas e do processo de segregação dos pobres, não passou incólume aos que estudaram o crescimento dessas áreas e produziram o PDLI; referindo-se ao que qualifica como “má localização dos conjuntos Parque Piauí e Monte Castelo”, o PDLI (TERESINA, 1969, p. 13), afirma ter ocorrido “um crescimento artificial no eixo da rodovia Teresina - Palmeirais, acarretando um ônus para os cofres públicos, pela demanda de serviços e equipamentos em áreas totalmente desabitadas”, e isso, obviamente, em detrimento de investimentos “em aglomerados já existentes, na zona urbanizada já carente de equipamentos urbanos necessários” (TERESINA, 1969, p. 13). E esse processo avançou nos anos que se seguiram já que na década de 1970 intensificou-se o processo de descentralização espacial através das atividades comerciais e da construção civil, com a criação de onze conjuntos habitacionais, com destaque para o Dirceu Arcoverde (1977) e o Saci (1979), respectivamente, com 3.040 e 2.034 unidades (FAÇANHA, 2003).

Na verdade, em sua gênese, Teresina já apresentava marcas da colonialidade. Originalmente, a Prefeitura Municipal foi uma grande proprietária das terras que, através de legislações que mantiveram signos de colonialidades como o instituto do aforamento - que transferiu terras para as mãos de particulares visando a formação inicial da cidade - e, nos anos de 1960 e 1970, favoreceram que vastas extensões de terras ficassem sob domínio privado, algumas utilizadas para loteamentos e outras foram mantidas sem utilização, mas valorizando-se por força de investimentos públicos do Estado com equipamentos sociais e benfeitorias que, obviamente redundaram em ganhos privados resultante de especulação imobiliária.

O PDLI assinala que Teresina tinha uma área total de 180.900 ha correspondendo a 2,5% considerado urbano e 97,5% rural, com distribuição de 45.990 habitantes no rural.

No tocante às ocupações agrícolas, segundo o plano, se sobressaiam as atividades dos proprietários e aquelas desempenhadas pelos posseiros, meeiros, agregados e moradores de fazendas. No primeiro caso, observa-se uma agricultura voltada para o mercado regional, nacional e exterior, enquanto no segundo, destina-se à produção de bens de subsistência para autoconsumo com o excedente lançado no mercado local e à produção extrativa que, na sua maioria, era vendida ao dono da terra (TERESINA, 1969).

O PDLI não definiu o que é rural e urbano, embora apresente dados que permitem compreender como a zona rural é descrita. Utilizando as referências conceituais de estrutura fundiária do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)⁵, o PDLI, identifica os imóveis rurais no município de Teresina àquela época assim distribuídos: 46,4% classificam-se como minifúndios; 48,5% como latifúndios por exploração; e 2,9% como empresas rurais. Em termos de extensão, 153.576,9 ha da zona agrícola do município - representando que 50% da área total cadastrada - era ocupada pelo latifúndio por exploração. Nas grandes propriedades, a maior parte da terra existente era mantida sem exploração econômica pelo proprietário e explorada somente na sua menor parte através de arrendamento, parceria ou outra forma indireta de cultivo (TERESINA, 1969).

É notório que a análise desta estrutura agrária, por parte dos formuladores do PDLI, foi realizada a partir de teorias modernizantes e a crença no enfrentamento sistemático à situação de atraso econômico pela promoção de projetos de desenvolvimento em escala local, integrados às escalas regionais e nacionais, como primavam o Serfhau e a Sudene. Como indica o documento (TERESINA, 1969) a grande quantidade de minifúndios fazia o município incapaz de produzir excedentes comercializáveis, ou seja, as propriedades, em razão do seu baixo grau de tecnificação, apenas mantinham a subsistência das famílias rurais sem contribuir com o abastecimento do centro urbano, tendo como consequência a inabilidade do município em associar-se ao capital e aumentar a produtividade.

Sabe-se, que em função do caráter de modernização conservadora da política no Brasil a época, que, conforme Delgado (2012, p.13), nasceu do fracasso do movimento pela reforma agrária e significava o “desenvolvimento de uma agricultura capitalista em processo de integração com a economia urbano industrial e com o setor externo” (DELGADO, 2012, p.13), esse era um período marcado por um padrão de acumulação de capital com predomínio do capital financeiro na agricultura, embora as áreas rurais de Teresina guardassem as marcas da pobreza, do analfabetismo, do abandono e uma economia de bases camponesas.

Assim, embora constitua-se enquanto um documento denso e de muitas informações locais naquele contexto de 1969, o PDLI não encontrou o móvel do desenvolvimento local, que permitisse romper o círculo vicioso da pobreza, como pretendido por seus empreendedores. Nesse sentido é que entendemos, que instituições estatais locais, regionais e nacionais,

5 O IBRA, criado pela lei que instituiu o Estatuto da terra (em 1964) foi a instituição que precedeu o atual Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instituído em 1970.

como o Serfhau, a Sudene e a Prefeitura Municipal de Teresina, agiram como máquinas viabilizadoras de projetos tecnocráticos, elaborados sem legitimidade política e base democrática, com políticas para implementar projetos de desenvolvimento sem, ao menos, discutir ou analisar os contornos da desigualdade social e conflitos locais.

De grande contribuição à reflexão sobre a abordagem de desenvolvimento contida em planos como o PDLI, Amaro (2017), ancorando sua análise em uma perspectiva pós-estruturalista e pós-colonial e em diálogo com o pós-desenvolvimento, apresenta três críticas, a saber: a) a sua base de experiência na industrialização e no crescimento econômico a partir das experiências político-históricas dos países europeus e seus replicadores; b) a sustentação nos valores culturais e nos interesses geoestratégicos do Norte e do Ocidente, como um caminho do progresso e, principalmente uma trilha para a civilização baseada na civilidade do latifúndio e industrialização; e, c) o assentamento na lógica da desigualdade e da dominação de gênero e raça e etnia atribuindo papéis subordinados e desqualificados aos povos dominados. No caso aqui apreciado, os povos rurais teresinenses que não viviam no “*coeur de la ville*” de Teresina, ou mais precisamente em seus espaços urbanos mais requisitados e valorizados.

É seguindo nessa trilha que conduzimos os esforços de pesquisa sobre o estatuto do Rural nas normativas municipais de Teresina, entendendo que as orientações mais gerais das instituições que as promovem ou realizaram o fizeram eivadas de enfoques tecidos em outros lugares, sem diálogo com a população que habitava essas localidades e a partir de expertises técnicas modernizantes, mas reiteradoras da colonialidade, da subalternidade e de modelos duais de urbano e de rural, sendo o primeiro o território por excelência onde as coisas acontecem e as localidades rurais, lugar do atraso, do analfabetismo, das atividades bucólicas e da relação do homem e da mulher com as atividades primárias, em geral pouco desenvolvidas.

4 | CONCLUSÕES

Nesse esforço de pesquisa sobre o Rural nas normativas municipais encontramos de modo geral uma trajetória rica de exercícios de pensar o desenvolvimento local, em particular, a partir do final dos anos 1960, embora alguns desses instrumentos normativos nem sempre tenham ultrapassado a forma dos planos e leis para alcançar o estatuto de políticas efetivamente implementadas; e, em muitos desses documentos é notória ausência de esforços para planejar e estabelecer diretrizes para o desenvolvimento das áreas rurais, estas quase sempre tomadas como território à espera de urbanização. Esse é o caso do PDLI aqui analisado.

O PDLI, ao tempo em que sinaliza para um esforço pioneiro de planejamento sistemático do desenvolvimento local e reúne dados de grande relevância para conhecer os contornos demográficos, sociais, econômicos e urbanísticos de Teresina, constitui-

se em um instrumento produzido no espírito ditatorial e tecnocrático de uma época de modernização conservadora e silenciamento arbitrário dos ecos democratizantes. De forma sintética podemos apontar como principais achados que:

- a) o enfoque “local integrado” do PDLI indica as orientações mais gerais do contexto ditatorial do Brasil no final dos anos 1960, marcado pela ideia de integração social e por políticas de amortecimento de conflitos;
- b) o plano constitui-se na condensação de estudos e planejamento de caráter tecnocrático envolvendo uma empresa privada e instituições públicas de base local, regional e nacional, mas sem participação efetiva da população nos processos decisórios;
- c) sobressai-se o fato de o PDLI pouco tenha saído das intenções normativas, embora tenha gerado informações técnicas substantivas sobre o município em seus aspectos sociais, demográficos, econômicos e urbanísticos;
- d) Não há no plano uma preocupação em definir o Rural, que nele aparece somente a partir de descrições e características dessas áreas, de forma a sinalizar um tratamento do território rural como espaço residual, lugar onde reina o analfabetismo, associado às atividades primárias pouco ou não desenvolvidas, já que não incorporaram a tecnificação e industrialização, alvo das políticas de desenvolvimento, estas com atenção sobretudo os territórios urbanos em seus desafios de modernização.

Com efeito, aqueles eram tempos sombrios em que quase tudo que se produziu tinha o intento de amortecer conflitos, silenciar as vozes dissonantes e impor a modernização conservadora nos moldes dos ditadura militar que tomou o comando do país por vinte anos a partir de 1964. O PDLI e muitos outros produtos locais de planejamentos integrados brotaram desse contexto de autoritarismo, mesclado com aperfeiçoamento da máquina pública para modernizar a economia e integrar (para não entregar) dos tempos de silenciamento de fala da vida pública brasileira.

REFERÊNCIAS

AMARO, R. R. Desenvolvimento ou pós-desenvolvimento? Des-Envolvimento e... *Noflay!* Cadernos de estudos africanos, n. 34, p. 75-111, jul-dez 2017.

CAVALCANTE, J B.; FEITOSA, C. O. A importância da Sudene para o desenvolvimento regional brasileiro. **Revista Política e Planejamento Regional**. Rio de Janeiro – vol. 6, nº 2, p. 226-247, maio. ago. 2019.

CHAVES, J. **Theresina**: subsídios para a história do Piauí, 1952.

DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre. UFRGS, 2012.

FAÇANHA, A. C. A evolução urbana de Teresina: passado, presente e ... **Carata CEPRO**, Teresina, v.22, n.1, p.59-69), jan./jun. 2003.

GUTEMBERG, P. **Teresina**. Teresina, PI: Pulsar, 2004.

MEDEIROS, S. B.; MATOS, K. C.; LOPES, W. Análise dos Traçados do Perímetro Urbano de Teresina, Piauí, Brasil. **Cadernos Zigmund Bauman**. v. 8, n.18, p. 190-210, 2018.

NASCIMENTO; L. P. O. S.; VIANA, M. R. À Espera da Expansão Urbana: o Território Rural nas Normativas Municipais de Teresina. **Revista FSA**, Teresina, v. 19, n. 8, art. 17, p. 340-364, ago. 2022. <http://dx.doi.org/10.12819/2022.19.8.17>

TERESINA. Prefeitura Municipal. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI)**. Teresina: PMT, 1969.

TERESINA. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT**. Lei nº 5.481. Teresina: PMT, 2019.

VERÍSSIMO, F. S.; BITTAR, W. S. M.; ALVAREZ, J. M. **Vida Urbana**: a evolução do cotidiano da cidade brasileira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

VIANA. M. R. Teresina, uma cidade inventada: de Saraiva a nós. **Anuário do Piauí 2008**, Teresina: O Dia editora, ano 2. n. 2, p.302-314. 2009.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999.

A

Acessibilidade 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 86, 87, 88

B

Boletim 17, 63, 74

C

Cápsulas 36, 38, 39, 41, 42, 43, 45, 46, 47

Chapecó 100, 103, 105, 106, 108, 109

Classe 3, 4, 10, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 53, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 104

Curso 36, 38, 39, 41, 45, 46, 61, 82

D

Desenvolvimento 2, 25, 27, 49, 58, 63, 65, 66, 68, 69, 77, 82, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 108

Digitais 76, 77, 82, 83, 85

E

Estações 100, 104, 106, 107, 108

Estiagem 100, 101, 102, 103, 105, 106, 108, 109

Evapotranspiração 100, 102, 104, 105, 106, 108, 109

G

Greve 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35

I

Inclusão 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88

Indígenas 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60

Integrado 84, 89, 90, 91, 92, 94, 98, 99

J

Jogos 58, 76, 77, 79, 82, 83, 84, 85, 86

L

Língua 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 84

Local 37, 56, 60, 89, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99

M

Massas 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35

Meses 6, 100, 102, 103, 106, 108, 109

Modernização 89, 96, 98

P

Pedagógicas 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 51, 69

Percepção 1, 16, 17

Planos diretores 89, 90, 91

População negra 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 72, 73, 74

Portugueses 1, 2, 8, 10, 14, 15, 16

Práticas educacionais 50

Proletária 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 32, 33

Prueba 36, 41, 43, 44, 45

Puyanawa 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59

Q

Questão social 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 110

R

Relações étnico-raciais 62, 66

Revolução Russa 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 35

Rosa Luxemburgo 22, 23, 25, 34

S

Secos 100, 104, 106

Serviço Social 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 110

Sindicatos 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 33, 34

T

Tecnologia assistiva 76, 78, 79, 87, 88

Teresina 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99

Territorialidade 50

V

Video 36, 37, 38, 39, 41, 45

CIÊNCIAS HUMANAS & SOCIAIS APLICADAS:

Competencias para o desenvolvimento humano

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



CIÊNCIAS HUMANAS & SOCIAIS APLICADAS:

Competencias para o desenvolvimento humano

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

